

Fase inicial de estudos para desestatização acaba em abril

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A primeira fase de estudos para a desestatização do Porto de Santos deve ser concluída em abril. Ela inclui o diagnóstico dos pontos fortes e também dos problemas enfrentados na administração da Autoridade Portuária de Santos (APS). O modelo a ser utilizado para a gestão da empresa após a desestatização deve ser discutido pela comunidade portuária no segundo semestre. A previsão do Ministério da Infraestrutura é de que ainda neste ano seja concluída a etapa de consulta pública e a consolidação desses resultados na modelagem, destacou o secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio.

Os trabalhos são executados por um consórcio contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o serviço. Trata-se do Dagnl, que conta com a DTA Engenharia como líder e com as empresas Alvarez e Marçal Consultoria em Engenharia, pela Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda e com os escritórios de advocacia Lobo & De Rizzo e Navarro Prado.

Além dos diagnósticos, serão elaboradas alternativas para a modelagem da concessão do Porto, o que inclui avaliações regulatórias, econômico-financeiras, de engenharia e meio ambiente. Há previsão que esse trabalho seja concluído ao longo do terceiro trimestre.

O consórcio tem como objetivo garantir inovações tecnológicas para atingir níveis de eficiência compatíveis com os maiores portos do mundo. Para atingir essa meta, o grupo também ouviu os interessados e interlocutores locais.



Marcelo Sampaio explicou etapas que envolvem o cais santista

Conforme o Ministério, desde dezembro, diversos atores do setor têm sido entrevistados pelo grupo. Isto inclui armadores, operadores, arrendatários e ainda outras autoridades públicas que fazem parte da atividade portuária.

"No âmbito do Porto de Santos, tivemos uma etapa inicial de reuniões com representantes do setor portuário e agentes que atuam no Porto de Santos para ouvir suas sugestões e preocupações iniciais. Em paralelo, está em desenvolvimento os estudos e a modelagem", explicou Sampaio.

Os estudos seguem a mesma linha já executada no processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Lá, o processo de consulta pública já está em andamento e uma audiência já foi realizada com o objetivo de deba-

ter a proposta de modelagem já apresentada.

"Tivemos mais de 300 manifestações, que estão sendo consolidadas e avaliadas pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Nossa expectativa é bater o martelo ainda este ano para dar início a um porto organizado nesse novo modelo de desenvolvimento e exploração através de gestão privada". Para ele, muito do que foi aprendido na Codesa é utilizado nos trabalhos de desestatização do Porto de Santos, mas sempre tendo em consideração suas diferenças e peculiaridades.

LEIA+ 
atribuna.com.br